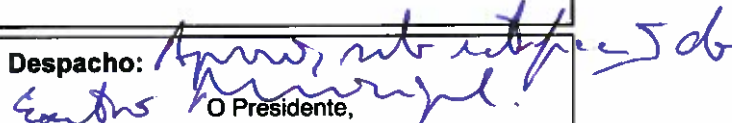


**14. PROPOSTA - ESCOLHA E INÍCIO DE PROCEDIMENTO –  
CONCURSO PÚBLICO Nº CPE16.17DMOSM – EMPREITADA  
REGENERAÇÃO DA POUSADA DE JUVENTUDE DE BRAGA E  
ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIO A CENTROS DE JUVENTUDE DE  
BRAGA:**

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara de 29 de novembro de 2017, segundo a qual aprova a proposta acima referida.

**DELIBERAÇÃO:****Remeta-se ao Sr. Presidente.**  
(Eng.ª Alzira Torres)2017/11/20**Despacho:**  
O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

27/11/20**PROPOSTA DE PROCEDIMENTO: CONCURSO PÚBLICO N.º CPE16.17.DMOSM****ASSUNTO: ESCOLHA E INÍCIO DE PROCEDIMENTO – CONCURSO PÚBLICO**

Entidade adjudicante: alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

**Empreitada: REGENERAÇÃO DA POUSADA DE JUVENTUDE DE BRAGA E ADAPTAÇÃO DE EDIFÍCIO A CENTROS DE JUVENTUDE DE BRAGA**

Vocabulário Principal, CPV <b>45453100-8 Obras de recuperação</b>	Prazo máximo de execução: <b>300 dias</b>	Preço Base: <b>1.400.000,00 €</b>
--	--	--------------------------------------

Tornando-se necessário realizar a empreitada supramencionada, cujo projeto de execução apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara para esta obra, justificada nas informações incluídas no processo do presente procedimento, cujo preço contratual estimado é de **€1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil euros)**, sem imposto sobre o valor acrescentado (IVA), submete-se à consideração superior a presente proposta que visa obter autorização para a referida contratação.

Página 1 de 3

Face ao valor e considerando que a referida contratação está abrangida pelas normas acima assinaladas, constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, retificado pela retificação 18-A de 2008 de 23 de Março, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009 de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 02 de outubro, solicita-se, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, e alínea b) do artigo 19.º, ambos do CCP, autorização para se adotar o **"Concurso Público"**, propondo-se ainda o seguinte:

### **1 – PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

A aprovação, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do CCP, das peças do procedimento, que se indicam:

- Programa do procedimento e respetivos anexos, no qual se integra o regulamento de análise e avaliação das propostas;
- Caderno de encargos:
  - i. Cláusulas jurídicas;
  - ii. Projeto de execução.

### **2 – JÚRI DO PROCEDIMENTO**

Em conformidade com o previsto no artigo 67.º do CCP, a designação do júri a seguir referido, que conduzirá o concurso:

- Presidente do júri: Eng.º Manuel Dantas (o qual será substituído nas suas faltas ou impedimentos, pela Sr.ª Eng.ª Alzira Torres);
- Vogal efetivo: Eng.º Luís Almeida;
- Vogal efetivo: Tec.ª Valéria Borges;
- Vogal suplente: Eng.ª Alzira Torres;
- Vogal suplente: Eng.ª Paula Pereira;
- Vogal suplente: Eng.º Gaspar Silva;
- Vogal suplente: Eng.º Luciano Dias.

### **3 – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA**

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, termos do Anexo III do Programa de Concurso (Regulamento de análise das propostas), de acordo com a seguinte ponderação:

Fatores	Ponderação	
Preço	60%	100%
Valia Técnica da Proposta	20%	
Prazo de execução	20%	

#### **4 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

Propõe-se a delegação no júri, ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM), nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências adiante descritas, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças do procedimento, nomeadamente o seguinte:

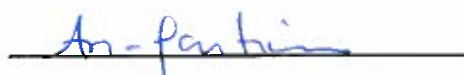
- Proceder às formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica e notificações;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto no n.º 2 do artigo 50.º do CCP;
- Proceder a retificações de erros e omissões das peças do procedimento;
- Proceder às decisões de prorrogação nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 64.º do CCP, previstas no n.º 4 do mesmo artigo, cumprindo as formalidades aí descritas;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos.

#### **5 – DECISÃO DE CONTRATAR**

O órgão competente para tomar a decisão de contratar é a Câmara Municipal, no uso de competência própria, estabelecida na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

20 de novembro de 2017

DMOSM,

  
(Ana Martins, Eng.ª Civil)

PARECERES/INFORMAÇÕES

DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

*Concedido.*

17/11/28

O Presidente da Câmara Municipal

*[Signature]*  
Dr. Ricardo Rio

INFORMAÇÃO N.º : DCPCG052

DATA: 2017/11/27

ASSUNTO:

Informação de Cabimento Prévio Quando os Encargos Decorrem por Conta do Próximo Ano Económico – Regeneração da Pousada de Juventude de Braga e Adaptação de Edifício a Centros de Juventude de Braga

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Considerando que o encargo orçamental associado ao procedimento de contratação melhor identificado em epígrafe decorre por conta do próximo ano económico (Orçamento para 2018), propõe-se a dispensa da apresentação da informação de cabimento relativo ao procedimento de despesa mencionado, no montante de 1.484.000€, com IVA incluído, atestando para o efeito que, os encargos associados ao contrato a celebrar serão suportados pelo orçamento de 2018, através da rubrica "07.07010406 – Instalações desportivas e recreativas", inscrito no Plano Plurianual de Investimento através do projeto "2017/41-7 - Centro Europeu da Juventude/Pousada da Juventude", com a dotação inicial de 1.500.000€.

À Consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO,

*[Signature]*  
Sandro Louro